



SEPREM - SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL

Ata da 107ª (centésima sétima) reunião ordinária do Comitê de Investimento realizada aos 17 de dezembro de dois mil e vinte, às 15 horas, na sede do Serviço de Previdência, Saúde e Assistência Municipal do Município de Jaboticabal - SEPREM, com a presença dos membros do Comitê de Investimento, sendo a Superintendente Sra. Elivaine Almeida Silva, a Diretora Financeira Sra. Valéria Donizete Demonari e o contador da Prefeitura Sr. José Aparecido Quintino. A Superintendente iniciou a reunião fazendo uma leitura das perspectivas econômicas veiculadas no mês de novembro: *Desde da última semana do mês novembro, quando foi divulgado o IPCA15 em níveis bem mais altos do que aqueles que vinham sendo divulgados nos últimos anos, o mercado financeiro (mercado monetário, mercado de capitais, mercado de crédito e mercado de câmbio), registrou uma certa preocupação de que, como viria o resultado final do IPCA do dia 30. O IPCA15 que é considerado uma prévia do IPCA Oficial, pois mede os mesmos produtos na mesma faixa de renda, nas mesmas localidades, porém em períodos diferentes. Enquanto o IPCA15 mede a inflação entre o período de do décimo sexto dia do mês de referência ao décimo quinto dia do mês seguinte, o IPCA Oficial, mede a inflação do dia primeiro do mês sob exame, ao dia trinta de cada mês e, é divulgado ao mercado por volta do dia 08 ao dia 10 do mês subsequente. É importante registrar que o centro da meta para 2020, definida pelo CMN ao Banco Central é de 4,0% com uma tolerância de 2,50% para cima ou para baixo. Vale então registrar que a inflação acumulada em 12 meses, neste momento, está acima do centro da meta. A inflação acumulada no ano é de 3,13%, faltando uma coleta de preços para fechar o ano. Desta forma, a inflação de dezembro não pode superar 0,84%, caso contrário, a inflação do ano ficará acima do centro da meta. Neste momento, a expectativa é que a inflação de dezembro fique em 1,26%, estourando, pois, o centro da meta que fecharia o ano em 4,42%. A inflação divulgada para novembro, ficou acima da expectativa de 29 consultorias e instituições financeiras, que divulgam suas expectativas ao Banco Central via Relatório Focus. O IPCA em 12 meses ficou acumulado em 4,31%. No entanto, nada acontecerá se a inflação superar o centro da meta. Problema haveria, se ela superasse a inflação, adicionada a ela, a banda superior ou, dela subtraída a banda inferior. Nesses casos, o Presidente do Banco Central teria que emitir Carta Aberta (pública) ao Ministro da Economia, arrazoando o porquê do fato e, as providências em andamento tomadas pelo Banco Central, para trazer a inflação para o centro da meta. Entretanto, para os mercados, a inflação é vista como um problema ou, como solução? Perceba que na própria determinação do CMN, é estabelecido uma inflação mínima e máxima. Se não existisse um limite mínimo, o Banco Central poderia fazer com que ela fosse próxima de zero? A resposta é não, pois para que a inflação ficasse próxima a zero, outras variáveis precisariam também estar equilibradas com este resultado, por exemplo: inflação zero, mas com o pleno emprego dos fatores de produção (terra, capital, trabalho e tecnologia), inflação zero, mas com toda a demanda de bens e serviços sendo atendida, inflação zero, mas com os produtores trabalhando no limite da capacidade instalada, inflação zero, mas com os rentistas encontrando formas de remunerar o seu capital, etc. No entanto, sem que etapas sejam cumpridas, como exemplo: fim do déficit público, uso de toda capacidade instalada de produção, uso de toda poupança acumulada, é contraindicado trazer a inflação para zero pois o sacrifício que o Banco Central exigirá da população será muito, isto é, o uso de instrumentos de política monetária como taxa de juros, recolhimentos compulsórios, redesconto de liquidez, redução de emissão primária de moeda, trariam muitos dissabores para a sociedade como desemprego, quebra de empresas, altas taxas de juros evitando a FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo (máquinas, equipamentos e investimentos em tecnologia) e outros tipos e investimentos. Por outro lado, se a inflação superar o centro da meta adicionada a ela, a banda de tolerância, também pode não ser o final dos mundos, dado que, se existirem mecanismos de proteção (indexação) aos salários, aos rentistas, aos produtores, etc. a inflação não trará, também, problemas redistributivos de renda. O risco neste caso, é a inflação se tornar inercial, mas o Banco Central, se for o caso, saberá lidar com essas variáveis. O que importa em toda a discussão acima apresentada é que a inflação não pode vir para zero de forma abrupta e também não pode subir de forma descontrolada acima do centro da meta mais a tolerância, pois se isto acontecer, vai exigir do Banco Central atuação mais dura, cujos remédios serão amargos para a população. Dentro deste tema “atuação do Banco Central para controle da inflação” e atuação do Banco Central como “indutor do crescimento” é que reside uma discussão muito antiga no Brasil que é a “independência” do Banco Central. Advogam alguns, que o Banco Central pode ser ao mesmo tempo “Guardião da Moeda” e, ao mesmo tempo, “provedor de meios e condições para o crescimento econômico”, visto que políticas monetárias expansionistas podem produzir crescimento econômico. No entanto, os temas são controversos pois, se ele (Banco Central), tem a função de preservar o poder de compra da moeda, não pode ele mesmo, atuar para depreciar a moeda com fins de*



SEPREM - SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL

crescimento/desenvolvimento econômico, visto que, uma função é totalmente contrária a outra. Atualmente estas funções são separadas: enquanto a STN – Secretaria do Tesouro Nacional executa a Política Fiscal, cuja função principal é ser indutora de crescimento com distribuição de renda, o Banco Central atua sobre a Política Monetária, preservando o poder de compra da moeda. A discussão sobre a independência do Banco Central, segundo consta, está no Congresso Nacional há muitos anos e, ao que se sabe, madura para votação. Este assunto vai exigir muita responsabilidade dos nossos parlamentares.

Em seguida a Diretora Financeira relatou os fatos ocorridos no mês de novembro: A Folha de pagamento dos segurados do Seprem referente a competência novembro totalizou R\$ 4.201.561,79 e foi necessário resgatar o montante de R\$ 800.000,00 das aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil para compor o saldo da folha de pagamento, realizada no dia 04/12/2020. Conforme informado anteriormente, os valores repassados pelas autarquias, Saaej e Câmara Municipal e pela Prefeitura Municipal a título de Contribuição Patronal e Cota do Servidor, não são suficientes para cobrir o montante da folha dos segurados do Seprem, exigindo que o Instituto utilize os recursos recebidos do Comprev, Cadprev, parcelas do Passivo Atuarial referente à Lei 4.744/2015, como também os rendimentos de aplicações para complementar o pagamento. Em relação aos valores repassados, destacam-se: pela Prefeitura a título de Contribuição Patronal R\$ 1.512.020,03; Cota Servidor R\$ 756.009,90; CadPrev R\$ 326.681,42 e Déficit Atuarial Lei 4.744/2015 R\$ 362.970,97; Valores repassados pelo SAAEJ a título de Contribuição Patronal R\$ 133.778,18; Cota Servidor R\$ 66.889,01 e Déficit Atuarial Lei 4.744/2015 R\$ 65.126,00; Valores repassados pela Câmara a título de Contribuição Patronal R\$ 56.757,30, Cota Servidor R\$ 28.378,62; e Déficit Atuarial Lei 4.744/2015 R\$ 11.865,07. Quanto ao recurso do ComPrev, o INSS não fez o repasse. A Carteira do Instituto apresentou um retorno no mês de 1,03%, em contraposição à meta mensal de 1,37%, conforme relatório anexo que acompanha esta ata para análise. O patrimônio líquido do Seprem totalizou no mês R\$ 57.619.755,51. No mês de novembro foram concedidas 02 aposentadorias e 01 pensão, conforme informações da Diretoria de Benefícios. A Diretoria Financeira lembrou que elevou consideravelmente a descapitalização mensal do Instituto a partir do mês de outubro, pois o Seprem passou a pagar as guias de imposto de renda e cesta básica retidas a partir da folha de setembro, devido a rescisão pela Prefeitura Municipal do Termo de Compensação firmado em contrato administrativo nº 066/2019 que autorizava as compensações mensais para amortização da dívida contida no processo Judicial nº 1005733-71.2016.8.26.0291. Em resposta a Ata nº 19 e Ofício nº 10 do Conselho Administrativo, a Diretora Financeira informou que a empresa Kansai procedeu a alteração da Meta Atuarial do Instituto nos relatórios mensais a partir do mês de julho de 2020. Sendo assim, o Comitê de Investimentos reenviará os resumos mensais onde demonstra a correção realizada. Além disso, foi entregue à Superintendência do Seprem o Ofício nº 11/2020, onde o membro e presidente do Conselho Administrativo srta. Regiane Ramazzotto, comunica sua renúncia como conselheira (quadriênio 2019-2023) a partir do dia 10/12/2020. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, assim como esta ata que segue assinada pelos presentes:

Elivaine Almeida Silva
Superintendente
CGRPPS-2312

Valéria Donizete Demonari
Diretora Financeira
CRC-1SP229557/0-8
CGRPPS-2315

José Aparecido Quintino
Contador – PMJ
CRC-SP149562/0